

Luís Machado de
Abreu

O Trono e o Altar no discurso anticlerical português

O Trono e o Altar no discurso anticlerical português

Por Luís Machado de Abreu

A retórica do anticlericalismo recorre com frequência ao *topos* "o Trono e o Altar". Através dele chama a atenção para uma aliança em que a instituição eclesiástica e a Monarquia se mostram solidárias' e se prestam mútuo apoio. Além de ver concretizada assim uma das várias possibilidades de relacionamento da Igreja com o Estado, o aproveitamento retórico deste *topos* remete inevitavelmente para experiências bem definidas e historicamente situadas, em que os acontecimentos terão dado motivo ao repúdio e desprezo que se faz recair sobre as duas instituições.

Na aliança que pretensamente une e protege a Igreja e a Monarquia configura-se também um pacto defensivo contra outras maneiras de conceber e compatibilizar a articulação das funções próprias de cada uma das instituições. A aliança do Trono e do Altar que traduz entendimento, solidariedade e cooperação "ad intra", funciona "ad extra" como instrumento de defesa e força preparada para reprimir qualquer assomo de contestação. Por isso, muito antes de se converter em *topos* do discurso anticlerical foi princípio orgânico do relacionamento entre a Igreja e o Estado absoluto. Integra e valida, no campo dos princípios, uma concepção de sociedade em que a doutrina da origem divina do poder legitima a Monarquia, ao mesmo tempo que a doutrina da Igreja e a sua actuação na vida da sociedade tendem a ser monopolizadas como instrumento da governação absolutista.

Esta santa aliança, sempre ciosa de restabelecer formas e critérios de governação procedentes do Antigo Regime, contra o qual se levantavam a consciência dos direitos do homem e do cidadão e o princípio da separação dos poderes, continuou a subsistir na política portuguesa, sob o regime de constitucionalismo parlamentar. Já não será sob as formas radicais de teocracia ou de galicanismo, mas através das instabilidades de um *modus vivendi* susceptível de ser sancionado por uma concordata em que são reguladas as relações entre o Estado e o poder espiritual da Igreja. Assim sendo, o princípio de separação pode ser visto como princípio que carece de mais ampla e adequada aplicação, devendo nomeadamente estender-se à separação clara entre o poder temporal do Estado e o poder espiritual da Igreja. É por esta via que prosseguirá muita da elaboração retórica anticlerical nascida nas fileiras do republicanismo.

Nesta compendiosa exposição, é nosso intuito percorrer algumas formulações mais significativas do tema do Trono e do Altar presentes no discurso anticlerical dos períodos liberal e republicano, situá-las no contexto e contingências a que devem o seu aparecimento, estabelecer pregnâncias de sentido e inscrevê-las numa trajectória semântica e argumentativa a partir da qual poderão emergir, mais claros e fundamentados, os contornos efectivos do fenómeno anticlerical português.

As referências repetidamente expressas à liga do Trono e do Altar surgem inseridas na luta política das primeiras décadas de Oitocentos, como palavra de ordem e refrão doutrinário da concepção absolutista do poder monárquico, cada vez mais ameaçada pelos ideais

revolucionários dos filósofos iluministas, pelas ondas de choque da Revolução Francesa e pelas brechas abertas na estabilidade ideológica e governativa da Monarquia por acontecimentos políticos e movimentos sociais em que trabalham forças cada vez mais inequivocamente apostadas em derrubar as instituições tradicionais do Antigo Regime.

Na viragem para o século XIX, na sua *Dissertação a favor da Monarquia* (1799), o Marquês de Penalva propunha-se reagir às doutrinas e depravações dos filósofos que ameaçam os fundamentos da instituição monárquica e da religião. É urgente precaver os leitores contra "o sistema da impiedade, e da Anarquia" que já ameaça fora das fronteiras do país. E o doutrinador reafirmava a sua plena confiança nos princípios da aliança entre a religião e a Monarquia absoluta: "Neste dilúvio quasi tão geral, como o primeiro, tem Portugal, graças a Deos, conservado pura a sua fidelidade religiosa, e politica, e o Ceo nos tem pago com usura." ¹

A defesa dessa aliança em nome dos princípios e da tradição encontra-se fortalecida pela prática social e pelo modo efectivo como cooperam as instituições monárquica e eclesiástica. As cumplicidades governativas e pastorais em que a gestão do temporal e do espiritual se entrelaçam, figuram com valor paradigmático na correspondência trocada por Pina Manique e D. Frei Caetano Brandão, Arcebispo de Braga. Em carta de 1800 dirigida ao Arcebispo, exprime-se Pina Manique nestes termos: "Se a paz e a tranquilidade pública foram sempre em todos os tempos o resultado da União e harmonia entre o Sacerdócio e o Império quanto não é preciso que o Império e o Sacerdócio se unam maiormente no tempo presente e de acordo combatam seus inimigos único meio de que depende a conservação do Altar e do Trono." ²

É sabido que o combate contra os que, por palavras e obras, minavam a paz e tranquilidade do regime foi feroz e aturado. Não obstou, no entanto, ao avanço das novas correntes e tendências doutrinárias que, conjugado com os reflexos em Portugal dos sobressaltos da política europeia, acabaria por precipitar as transformações políticas e ideológicas de que a Revolução de 24 de Agosto de 1820 era portadora.

A partir de então, a aliança do Trono e do Altar converte-se numa espécie de *leitmotif* com que se exprimem e reforçam as convicções de quantos perceberam que as ameaças de derrube do antigo sistema monárquico se consumaram e está em vias de se impor e consolidar uma correlação de forças e poderes que é nova, quanto aos alicerces filosóficos em que assenta, e quanto às práticas culturais, sociais e políticas que pretende ver instituídas.

Daí a insistência com que o tema se repete e as modalizações semânticas de que anda acompanhado. Trono e Altar unidos, estáveis, seguros são a base da tranquilidade e vida próspera dos povos. Veja-se a convicção de José Acúrcio das Neves afirmada nas suas *Cartas de um Português aos seus concidadãos* (1823): "O Altar é a base de que depende a segurança dos tronos e a tranquilidade dos povos: é pois necessário que os reis restabeçam

¹ Marquês de Penalva, *Dissertação a favor da Monarquia*. Lisboa, Na Regia Officina Typ., 1799, p. 8.

² Carta de Pina Manique, Ms. 1705 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cit. por Aurélio de Oliveira, "O trono e o altar na mesma cruzada: algumas considerações a propósito da correspondência trocada entre Pina Manique e D. Frei Caetano Brandão", *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, 2ª série, vol 4 (1987), p. 202.

o Altar, para eles mesmos ficarem seguros e os povos tranquilos. [...] Estas posições são todas evidentes e contêm doutrinas de tal natureza, que ninguém ousará contradizê-las às claras."³

A solidez e imutabilidade das duas instituições, bem como a estabilidade essencial do vínculo que as une, leva José da Gama e Castro a não encarar a compatibilidade da religião católica com nenhuma outra forma de governo a não ser com a Monarquia absoluta. Diz ele: "A religião e o governo são dous objectos tão intimamente ligados entre si, e tão dependentes hum do outro, que não he possível tocar-se na natureza e caracter da primeira sem que, por via de regra, se altere a natureza e caracter do segundo. [...] quando a *única* religião do Estado he a catholica, o governo he naturalmente monárquico absoluto"⁴. Estas posições e a sua defesa no espaço público chegam mesmo a servir de ocasião a ingénuos exercícios de psicologia social em que intervêm as artes do fisionomista. Conforme pode ler-se em curioso opúsculo datado de 1823: "Quando algum Português honrado sustenta opiniões em público a favor da sagrada causa da nossa sublime e feliz Regeneração, e estiver atento algum espectador cujos sinais característicos o não abonem, e ouvirdes [sic] estender muito os lábios, comprimindo-os ao mesmo tempo, enrugando a testa, deixando abater o sobrolho, sem levantar os olhos do chão, vede que é oposto à Religião e ao Trono."⁵

As intervenções de D. Miguel na conturbada vida política nacional fazem-se sob a bandeira da santa aliança do Trono e do Altar. O pressuposto da união a preservar entre a instituição eclesiástica e a Monarquia absoluta está na origem de uma luta de que o episódio mais visível em Portugal foi a guerra civil que opôs liberais e miguelistas. E, naturalmente, esses confrontos que eram claramente políticos configuraram-se igualmente como lutas religiosas. Há mesmo quem vá mais longe e pretenda que o confronto político se havia de transformar, com o tempo, "numa guerra de religião"⁶. E por fim, a ideologia miguelista, que acompanha e prolonga os actos do príncipe absolutista, revive e mitifica o desígnio de uma restauração integral de tais padrões na política portuguesa. Muito mais tarde, em plena vigência do regime republicano, é ainda em nome desse património de ligação íntima, essencial, entre religião e Monarquia que António Sardinha define o lema da sua entrega à contra-revolução: "Contra-revolução religiosa e contra-revolução política"⁷. Glosando Ernest Renan que chamou à realeza legítima de França o "oitavo-sacramento", Sardinha assinala D. Miguel como o rei que recebeu o "oitavo-sacramento" da legitimidade monárquica.

³ José Acúrcio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral, e individual*. Lisboa, 1822-1823, in *Obras Completas de J. Acúrcio das Neves*. Vol.6. Porto, Ed. Afrontamento, [s.d.], p. 131.

⁴ José da Gama e Castro, *O Novo Príncipe ou o espirito dos Governos Monarchicos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1841, pp. 167468.

⁵ *Novo Tratado Fysionomico ou Arte de Conhecer pelo Rosto os Constitucionaes, e os Pedreiros Livres Illuminados*. .Obra indispensável a Todo Aquelle que for Amante da Religião, e do Throno. Lisboa, Na Impressão de J. M. Torres, 1823, p. 12 (Ortografia actualizada).

⁶ F. A. da Costa Cabral, *Notas de um Bibliófilo I Liberais e Absolutistas Antecedentes de uma polémica sangrenta*. Lisboa, Livraria J. Rodrigues, 1932, p. 109.

⁷ António Sardinha, *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2ª ed. Lisboa, 1978, p. 13.

O miguelismo identifica-se como movimento político que defende o Trono e o Altar. Em Carta pastoral de 28 de Maio de 1829, o Bispo do Porto proclama que a religião católica "segura os Tronos dos Imperantes" e o monarca D. Miguel I "mantém a tranquilidade pública; contém os povos nos seus deveres, e abate pela raiz as comoções irreligiosas, e anti-políticas dos ferozes ateístas e desorganizadores de toda a ordem social"⁸. O discurso dos eclesiásticos absolutistas acentua o papel da religião na vida moral da sociedade e na estabilidade do poder dos reis. Por sua vez, o discurso dos políticos, nomeadamente em proclamações de D. Miguel, sublinha que, quando a soberania é posta em causa, logo avança a impiedade e a Igreja sofre ataques.

3g A oposição ao projecto político liberal dita aos sectores absolutistas a evocação de

duas organizações destroçadas e banidas do país, mas que muitos querem e esperam que venham a ser restabelecidas como peças fundamentais da liga, que se pretende restaurar, entre o Estado absoluto e o poder espiritual da Igreja. Essas duas organizações são a Inquisição, que havia sido extinta pelo poder liberal, havia pouco, e a Companhia de Jesus anteriormente expulsa por Pombal.

A extinção do tribunal da Inquisição pelos liberais de 1820 chega a ser posta em causa, em virtude de o referido tribunal constituir apoio privilegiado para sustentar a causa do Trono e do Altar. Tal é o sentido das considerações desenvolvidas por Luiz Gaspar Alves Martins, Abade de Vilar, na "Dedicatória Apologetico-Politica" com que abre a sua tradução da *Questão Nacional sobre a Autoridade e Direitos do Povo em o Governo* (1823), da autoria do Abade Barruei.

Segundo José Agostinho de Macedo, a grande força, a força de resistência contra o "Império do Liberalismo", encontra-se na Companhia de Jesus, que acabava aliás de ser readmitida em Portugal, na medida em que ela sempre sustentou, defendeu e assegurou a conservação do Trono e do Altar. Mas demos a palavra ao polígrafo miguelista: "Para a criação pois do projectado, preparado, e novo Império do Liberalismo assolador houve mister que se removessem os dois grandes obstáculos que invencivelmente impediam a sua dominação e conservação: o primeiro era o Trono, e o segundo era o Altar. O Trono devia abater-se e o Altar exterminar-se; mas para este abatimento e para este extermínio era indispensável remover uma grande força que sustentava e conservava de pé uma e outra coisa. Enquanto esta força de resistência se conservasse de pé seriam baldadas todas as tentativas que se pusessem em obra; para estas vingarem convinha que se espalhassem os princípios de uma desmoralização geral, isto é, que abrangesse todas as classes da Sociedade; mas isto não se podia conseguir sem despedaçar o freio da religião, que prende e dirige a consciência, começando por estabelecer primeiro o indiferentismo, depois uma absoluta incredulidade. Dado este grande passo, ficava não só aberto, mas muito fácil o caminho para a destruição e abolição dos Tronos; uma coisa era consequência da outra. Ora estas duas coisas que o liberalismo queria fazer desaparecer da terra eram aquelas que os jesuítas, por virtude do mesmo Instituto, sustentavam, defendiam e conservavam."⁹

⁸ C/t por Maria Alexandre Lousada, *O Miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Lisboa, Fac. de Letras, 1987, pp. 132-133.

⁹ José Agostinho de Macedo, *Os Jesuítas, e as Letras ou a Pergunta Respondida*. Lisboa, Na Impressão Regia, 1830, p. 31 (Ortografia actualizada).

O papel que se espera venham os Jesuítas a desempenhar de novo como formadores e educadores das mentes e das consciências da juventude, na linha da máxima fidelidade à tradição da Monarquia absoluta, encontra-se abundantemente exposta pelo anónimo tradutor do *Novo Vocabulário Filosófico-Democrático* (1831-1832). Assinala ele no "Prólogo" que "um dos maiores empenhos dos Revolucionários [é] impedir que circulem papéis e escritos a favor da sagrada causa do Altar e do Trono"¹⁰. Referindo-se concretamente aos estudos, o mesmo tradutor, posto perante a desolação a que chegou o ensino após as reformas de Pombal, propõe para seu completo remédio o regresso da Companhia de Jesus a Portugal. E prossegue embevecido em tom de epicédio: "Jesuítas em toda a parte, e quando chegue esta época de eles estarem Senhores de toda a Educação, então sim poderemos dizer que foi sepultado o Jansenismo nas ruínas do Liberalismo; e para que esta vitória seja completa, deve ser a sua sepultura em Coimbra no Pátio da Universidade: o Liberalismo deve ser representado sobre a lápide na atitude de despedaçar o Trono e esmagar o diadema dos Soberanos, e o Jansenismo na acção de pisar a Tiara e dismantelar a cadeira de S. Pedro. E deve ter o seguinte epitáfio: *In vita sua dilexerunt se; /In morte non sunt separati.*"¹¹

O tema do Trono e do Altar também pode aparecer em textos produzidos por autores de firmes convicções liberais. E embora, neste caso, seja habitual o repúdio da aliança e a inventariação dos seus malefícios passados, podemos deparar, por vezes, com a sua assunção positiva em nome da história. Aos olhos destes liberais, a aplicação que do tema faz o partido miguelista seria, no fim de contas, um abuso e perversão da colaboração sadia e sempre desejável entre o poder espiritual da Igreja e o poder temporal dos monarcas. Tal é o ponto de vista de Inácio José de Macedo, o "Velho Liberal do Douro": "Aprendam pois os povos a conhecer os terríveis abusos que a ignorância e a malícia faz da palavra trono e altar, lei e religião. Foi essa mesma lei, essa mesma religião que serviu de pretexto aos miguelistas para roubar e assassinar a nação; e todas as autoridades do reino imitaram os escribas e fariseus, que condenaram à morte o Salvador do mundo com o pretexto de que ele era inimigo de César, e queria destruir o templo de Jerusalém. Falando, pois, filosoficamente, e desenvolvendo as causas e os efeitos das coisas morais, podemos dizer que as mesmas causas que elevaram a monarquia ao auge da sua glória, foram as que, mal aplicadas, a trouxeram ao abismo da perdição. Foi com a religião e com o trono que os antigos Portugueses obraram as maiores façanhas; e foi com estes mesmos objectos, diversamente empregados, que os Portugueses dos nossos dias cometeram os crimes mais execrandos. Floresça, pois, a religião do Homem Deus; mas ela carece de outros pastores, e outros mestres de Israel. Floresça a pátria e a lei; mas a pátria carece de outros soldados, e a lei de outros magistrados"¹². Para este empenhado lutador da causa liberal, o princípio do mútuo apoio das duas

¹⁰ *Novo Vocabulário Filosófico-Democrático indispensável para todos os que desejem entender a nova lingua revolucionária*. T. I. Lisboa, Na Impressão Regia, 1831, p. 3.

¹¹ *Novo Vocabulário Filosófico-Democrático indispensável para todos os que desejem entender a nova lingua revolucionária*. T. II, 1832, p. 132.

¹² Inácio José de Macedo, *Considerações sobre as causas da elevação e decadência da monarchia, desde Affonso I até D. Maria II*. Lisboa, Na Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1834, pp. 51-52.

instituições tem potencialidades bem positivas que, no entanto, podem ser pervertidas e tudo deitarem a perder: "É verdade que a religião é o sustentáculo do trono e a conservadora dos costumes; mas quando ela se estraga pela ignorância e vícios dos seus ministros, só serve de amalgamar a tirania, e capear as torpezas dos fanáticos e velhacos políticos." ¹³

É a natureza escandalosa e perversa, atribuída pelos liberais à apropriação da religião pelos tiranos e ao serviço sacrílego prestado por homens da Igreja aos príncipes, que leva Almeida Garrett a denunciar o carácter funesto da liga entre o Trono e o Altar. O autor enaltece, como faz José Inácio de Macedo, o espírito do cristianismo e a sua lição de justiça e liberdade. Em face da elevação e verdade da sua mensagem, aparece ainda mais flagrante o sacrilégio da sua utilização por tronos onde se sentam tiranos. Essa liga resulta da acção concertada entre déspotas e eclesiásticos profanadores que corromperam a pureza original do cristianismo: "Então se formou essa funesta liga sacrilegamente chamada do *trono e do altar*, como se o trono alevantado para padrão e tribunal de justiça, o altar erguido à majestade de Deus, pudessem jamais prostituir-se para tais fins sem perder sua augusta natureza. Formou-se a liga; mas foi entre os tiranos que abusavam e detuipavam o trono, entre os sacerdotes que profanavam o altar."¹⁴

O tratamento do tema nestes textos, espelhando o ponto de vista da primeira geração liberal, apresenta-se orquestrado com tonalidades interpretativas que se vão tornar uma constante no discurso anticlerical posterior. Dessas tonalidades faz parte a contraposição do cristianismo primitivo, genuíno na proclamação da liberdade, justiça e fraternidade, ao cristianismo pervertido e acomodado a interesses de poderes mundanos, a condenação dos que abusam e deturpam a doutrina cristã, a vigilância a exercer sobre o modo como se relacionam os dois poderes, temporal e religioso, a urgência que há de se demarcarem ou até separarem as duas instâncias de poder.

A aliança do Trono e do Altar não pertence à temática anticlerical de modo tangencial, periférico, acidental. Penetra-a interiormente, consubstanciada com a própria natureza profunda do anticlericalismo. Na reacção anticlerical inscreve-se uma vontade de poder promotora de novos ideais de sociedade e de cultura a que se opõem e continuam a resistir poderes instituídos nos quais sobrevive total ou parcialmente o modelo axiológico, legislativo e organizacional do Antigo Regime. Não se aproveitasse a Igreja do poder protector dos tronos e, em grande parte, deixariam de ter qualquer sentido as manifestações do anticlericalismo moderno.¹⁵

Fruto de contribuições filosóficas várias e de transformações sociais e políticas irreversíveis, o estado de alma anticlerical alimentou-se de muitas vozes e silêncios em que se exprime a consciência crescente de novos direitos e o nascimento de uma nova vontade comum. Por um lado, torna-se cada vez mais notório e explícito que o povo, sobre o qual recaíam tradicionalmente múltiplos e pesados deveres para com as ordens ou classes superiores, também tem direitos. Por outro, está em curso e avança de maneira irresistível a maturação

¹³ *Ibid.*, p. 62.

¹⁴ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904, p. 29.

¹⁵ Ver, por exemplo, a posição de José Luis Molina Martínez, *Anticlericalismo y Literatura en el Siglo XIX*. Murcia, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1998, p. 15.

da consciência individual e a emergente afirmação social do eu. É por isso que o discurso anticlerical testemunha a progressiva notoriedade da passagem da sociedade *sujeita a* uma sociedade *sujeito*, e da transição do indivíduo, súbdito anónimo, ao indivíduo, cidadão com nome registado e activo.

A este processo ideológico e político assim orientado, o Trono e o Altar respondem concertadamente como forças de bloqueio ou, pelo menos, de travagem. É neste papel negativo, enquanto agentes antidemocráticos, que o movimento anticlerical vê as actuações do Estado monárquico e da Igreja. Através da questão italiana, vai mesmo tornar-se óbvio que do Papado e da sua soberania temporal vêm, sobretudo, sinais negativos, ao arrepio das novas sensibilidades e tendências.

A oposição a tal soberania, que teve em Portugal vários representantes, encontrou em Manuel Nunes Giraldes, uma das vozes mais interventivas. Defendendo sem hesitar que o poder espiritual da Igreja deve ser claramente separado do poder temporal dos Estados, Nunes Giraldes fundamenta na história a sua contestação ao direito e conveniência de o Papado continuar a ser o detentor da soberania sobre os Estados Pontifícios. A aliança dos dois poderes, além de favorecer toda a espécie de vícios, atropelos e infidelidades ao espírito do cristianismo, salda-se sempre pela subordinação da Igreja aos interesses dos Estados. E argumenta nos termos seguintes: 'A causa é sempre a mesma. Aos excessos da realeza e da aristocracia eclesiásticas praticados à sombra da grande riqueza e poderio, dos privilégios e imunidades de jurisdição, seguiram-se naturalmente as orgias da reforma. Às bacanalias do despotismo em união sacrílega com o altar, que lhes servira de pedestal, sucederam-se as loucuras e os horrores da Revolução Francesa. É que se imputavam ao altar mancomunado com o trono as faltas que, no verdadeiro regímen, deviam pesar só e exclusivamente sobre este. Os príncipes da Igreja não atingiram ou não quiseram atingir que as alianças, que os príncipes temporais lhes propunham, não tinham em mira senão satisfazer suas ambições, e realizar seus planos políticos. Sabido é, que não houve guerra na Europa que não se disfarçasse com a capa religiosa; e as desgraças que têm pesado sobre a Igreja e a sociedade são devidas na sua máxima parte a esta monstruosa confusão, alcunhada de aliança, do espiritual com o temporal, a qual bem longe de proteger a Igreja a escravizou sempre. Coisa notável! As duas nações da Europa que alternadamente se haviam declarado protectoras do Papado, assegurando-lhe o poder temporal, foram as primeiras a levantar contra ele o grito de alarme; uma, a apostólica Alemanha, deu-lhe a reforma; outra, a filha mais velha da Igreja, a França cristianíssima, deu-lhe a revolução: uma furtou-lhe ao redil milhares de ovelhas; outra sequestrou-lhe os bens, cerceou-lhe a jurisdição, aprisionou-lhe os pastores, coarctou-lhe enfim os seus mais sagrados direitos.'¹⁶

A denúncia da aliança do Trono e do Altar transformada em *leitmotif* do anticlericalismo traduz o lado mais agressivamente militante da campanha a favor das liberdades do Estado e da Igreja. Analisada a situação na perspectiva da Igreja e dos seus valores espirituais, o estado de aliança entre o Trono e o Altar deforma o sentido e as funções da Igreja

¹⁶ Manuel Nunes Giraldes, *O Papa-Rei e o Concílio*. Lisboa, Typ. Universal, 1870, pp. 226-228 (Ortografia actualizada).

que de instituição educadora da fé e da consciência dos fiéis se converte em instrumento da máquina de poder que é o Estado. É ao serviço da pedagogia das liberdades da Igreja e do Estado que se tomam diversas iniciativas. Entre elas, conta-se a versão portuguesa das *Cartas a um Bispo*¹⁷ do combativo publicista e político D. Emílio Castelar. O género epistolar tendo por destinatário a figura do Bispo tornar-se-á bastante frequente como veículo literário para difundir a mensagem anticlerical.

Dirigindo-se ao povo explorado e sofredor, Guilherme Braga convida-o a revoltar-se contra o Trono e o Altar, em nome do direito e da justiça: "Quando hás-de tu entrar na grande liça, / E, sacudindo o teu grilhão desfeito, / Dizer ao Padre: 'Eu chamo-me a Justiça!', / Dizer ao Rei: 'Eu chamo-me o Direito!'?"¹⁸

42

A mesma associação de padres e reis como responsável pela escravidão do povo aparece com frequência na pena de Heliodoro Salgado. Vejam-se os seguintes versos panfletários: "Padres e reis, de então fizeram liga. / E, enquanto o povo oprimido se afadiga, / lidando sem cessar, / a mão dos reis retalha-o a chicote, / da Fé os padres, prendem-no ao garrote / e do seu sangue aspergem o altar."¹⁹ Numa poética de fundo histórico e evolucionista como a do poemeto de Heliodoro Salgado, faz-se remontar a génese da liga de poderes ao tempo do Imperador Constantino Magno e da cristianização do Império Romano: "Vem Constantino, o parricida, e trama / a conversão do império à Fé que inflama / os mártires cristãos. / Então, a espada e a cruz, e trono e altar, / para, à vontade, a plebe dominar, / pactuam dar-se as mãos!"²⁰ E não falta sequer a evocação do princípio paulino relativo à origem divina do poder, qualquer que ele seja, e o correspondente tratamento irónico, fazendo dele o fundamento para garantir a submissão dos oprimidos: "Todo o poder provém das mãos de Deus. / Respeitai o poder, oh! filhos meus, / pois que o Direito o Êxito é que o dá !/ Que importa quem governa? Conformai-vos. / Com Luís XVI ou com Marat..."²¹

Se o tom de alguns versos de Gomes Leal, em 1901, difere do anterior não é quanto à ideia ou princípio inspirador mas quanto aos referentes nomeados e, sobretudo, pelo inconsciente sarcasmo que deles ressuma:

*"Nada de convenções. - Falemos claro e alto. Quem
traz, na hora actual, a Europa em sobressalto é
Loyola que rosna e Orleans que assobia, é Miguel
dando o braço a D. Sacristia.*

[...]

*O Estado é essencialmente um ser laico e civil. Nada
tem com o Céu, cor de rosa ou cor de anil,*

¹⁷ A versão portuguesa de Henrique J. cTAndrade é precedida de um prólogo de J. Simões Dias. Foi editada em Eivas, por Manuel d'Araujo e Silva, em 1869.

¹⁸ Guilherme Braga, *O Bispo Nova 'Heresia' em Verso*. 2ª ed. Porto, Livraria Camões de Fernando Possas, 1895, p. 68.

¹⁹ Heliodoro Salgado, *Atravez das Edades Poemeto*. Lisboa, Agência Universal de Publicações, 1899, p. 12.

²⁰ *Ibid.*, p. 16.

²¹ *Ibid.*, p. 26.

*com a alma, o outro mundo, a consciência, a fé,
com a burra de Balaão ou o asno de Maomé. O
estado é o zelador civil unicamente, que deve
respeitar a opinião de toda a gente, logo que não
moleste e estowe o seu vizinho...^m*

Mas é no contexto da militância republicana que o *topos* do Trono e do Altar adquire significado mais imperativo como palavra de ordem na contestação ao modelo vigente de funcionamento do Estado e ao regime monárquico que se trata de derrubar e substituir. Encontrámo-lo, por isso, nas palavras e nas acções dos militantes republicanos. Entre eles, erguem-se as figuras de Sebastião de Magalhães Lima e Teófilo Braga.

A Magalhães Lima deve-se a diatribe intitulada *Padres e Reis* (1873)²³, uma das versões anticlericais mais directa, violenta e original do *topos* "o Trono e o Altar". Tem a forma de requisitório, inflamado e impiedoso, no qual ao longo de dez quadros vão sendo expostos agravos e acusações contra a realeza e o clero. Aí se atribui relevo tamanho à suposta cumplicidade entre ambos que a convergência de ideais, interesses e práticas se salda pela completa fusão de identidades entre "padres e reis". Como recurso argumentativo, o autor fecha e abre cada um dos quadros repetindo o estribilho "O padre é o rei e o rei é o padre. Um não vale mais que outro".

Ao correr das páginas, em contraponto a lugares comuns evocativos de figuras e episódios históricos exibidos como expressão comprometedora do relacionamento da Igreja com os poderes temporais, ecoam referências a eventos muito próximos e plenos de actualidade. São, por exemplo, as experiências republicanas em França e na vizinha Espanha, a Associação Internacional dos Trabalhadores e, no país, as Conferências do Casino e a Associação Católica de fundação recente. Conforme os casos, ora se aponta o conluio dos dois poderes ora a convicção de que a evolução das ideias e da sociedade caminha vitoriosamente em sentido oposto. O *topos* aqui expresso na sua variante "padres e reis" desfruta da visibilidade própria de título e desdobra-se em cadências enunciativas muito mais dirigidas a estimular reacções emocionais do que a serena ponderação judicativa.

Teófilo Braga cujo apostolado positivista e republicano, além de persistente, foi textualmente prolífico e ideologicamente sustentado, insurgia-se, em 1879, contra o que designa como "a liga secreta entre a Monarquia e o clericalismo". E já não se trata agora de isolar como aceitável o caso da Monarquia contitucional, contrapondo-o à Monarquia absoluta. Os dois regimes monárquicos constituem perigosíssima ameaça ao avanço dos ideais democráticos e ao estabelecimento da nova cultura, na qual se reflecte a irradiação de um novo poder espiritual.

A situação política que a ideia republicana estava a enfrentar em Portugal afigurava-se à análise de Teófilo Braga bastante clara e linear: "Uma consciente soberania nacional não

²² Gomes Leal, *Carta ao Bispo do Porto O Jesuíta e o Mestre Escola*. Lisboa, Empreza da História Universal, 1901, pp. 12, 15.

²³ Sebastião de Magalhães Lima, *Padres e Reis*. Porto, Imprensa Portuguesa Ed., 1873.

pode ter outra forma mais racional e justa do que a República. É por isso que à medida que as ideias democráticas se vão alargando, e alguns Estados europeus estabelecem a forma republicana, vamos outra vez encontrar a liga secreta entre a Monarquia e o clericalismo. Esta liga toma dois aspectos; os partidários do antigo regímen, ou absolutismo, prometem ao clero o restabelecimento da sua independência canónica sendo, como braço secular, os executores das suas determinações; os partidários das Monarquias constitucionais querem uma religião de Estado privilegiada, dotação do clero, educação pública submetida à inspecção religiosa, casamentos, nascimentos e óbitos subordinados a dados sacramentos, enfim, as consciências subjugadas por juramentos e outros manejos. Tal é a situação política dos povos adstritos à monarquia. É à sombra destas concessões que o clericalismo tenta outra vez assaltar a esfera civil..."²⁴

Teófilo prossegue a luta pela separação dos poderes espiritual e temporal. A Revolução de 1820 preparou o caminho para o fim do absolutismo, ao criar legislação que separa os três poderes em que se exerce ou deve exercer a soberania nacional. Mas o poder espiritual do Altar coligado com o Trono subsistia ainda. Mais; esse poder não pára de se reforçar e crescer, em virtude do progressivo regresso e instalação das ordens e congregações religiosas que recomeçam a pulular por todo o país. Não faltam tão pouco os membros da Companhia de Jesus, que estão igualmente de volta. Teófilo vê neles a milícia mais disciplinada e perigosa para a cultura laica da sociedade civil. Verifica que mudaram de estratégia, quando se comparam os procedimentos de agora e os dos séculos anteriores. Antes privilegiavam o domínio das consciências de reis e nobres; actualmente apostam na conquista do espírito das mulheres pela confissão e direcção espiritual, e na subjugação da juventude através da educação. E o doutrinador republicano remata: "ao cabo de duas gerações serão outra vez senhores da sociedade."²⁵

Numa época em que professava concepções filosóficas e políticas muito próximas das precedentes, Alfredo Pimenta assinala de forma lapidar a fusão vital de propósitos e objectivos partilhados entre o Trono e o Altar: "Monarquia e jesuitismo servem-se mutuamente e mutuamente se apoiam. Para destruir este, é preciso destruir aquela; para destruir aquela é preciso destruir este."²⁶

A importância atribuída à questão da aliança do Trono e do Altar e a insistência nela não faz mais do que transpor para o discurso anticlerical, sob o signo da condenação, a figura de uma aliança pela qual se bateram, desde os primórdios do liberalismo em Portugal, os defensores da restauração absolutista. Não se pode, no entanto, inferir daí nem que o tema polarize de modo exclusivo a dimensão política da literatura anticlerical, nem que ele apenas seja identificável com as respectivas realizações absolutistas. Ainda assim, determina

²⁴ Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa.. Do Systema constitucional como transigência provisória entre o absolutismo e a revolução*. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879, pp. 60-61 (Ortografia actualizada).

²⁵ *Ibid.*, p. 63.

²⁶ Alfredo Pimenta, *Estudos Sociológicos*. Lisboa, Centro de Publicidade Ed., 1913, p. 227.

que se valorizem os comportamentos eclesiásticos aquando das lutas entre liberais e absolutistas e as suas implicações tanto na história do relacionamento posterior da Igreja e do Estado como na constituição temática do discurso anticlerical.

A política portuguesa, a partir do século XIX, com o estremar de campos, as guerras civis, a questão religiosa, não pode desligar-se das ideias e correntes de pensamento que a inspiram e lhe criam defesas. Como muito bem viu Manuel Abúndio da Silva, se a guerra fratricida entre liberais e absolutistas se travou à volta da legitimidade dinástica, "ela foi principalmente o embate violento de duas ideias e de dois princípios."²⁷ É certo que, de parte a parte, a penúria doutrinal, o défice filosófico ficaram ao mesmo nível de desolação e impotência. Para além do paralisante seguidismo em relação aos *clichés* ideológicos e aos modelos franceses, mal se distinguem marcas nacionais verdadeiramente típicas.

O movimento liberal procurou instalar-se no país, obtendo adesões diversas, seguindo inspirações culturais relativamente uniformes, afeiçoando-se em linhas de acção cujos ritmos e programas nem sempre são coincidentes. Tem por si a ousadia da novidade e a determinação para avançar com um projecto de mudança. Quer reestruturar a organização da sociedade, dotando-a de uma constituição política e conferindo aos seus membros os direitos e os deveres da cidadania.

Aos opositores do liberalismo podemos perguntar se discutiram essas propostas, analisaram essas teses, dissecaram serenamente os princípios filosóficos que as inspiravam. Tem de responder-se que não; a essas inovações "os partidários do sr. D. Miguel opunham... a Igreja! Um católico não podia ser constitucional, pedir o parlamento, a Carta, a fiscalização da nação no seu governo. O rei aclamado pelos Três-Estados foi divinizado: era o próprio arcanjo S. Miguel mandado por Deus para extermínio dos cartistas como o fora para o terrível castigo dos egípcios; de arcanjo promoveram-no a Messias, chegaram a ver nele o próprio Jesus. O clero regular e secular, em vez de desfazer esta confusão do miguelismo com o catolicismo, explorava-a; foi ele que mais ajudou a alimentar essa demagogia infame do cacete; ele que calou a sua voz não erguendo um protesto contra as forcas, ele que transformou o púlpito em tribuna de comício donde desferiu anátemas contra o sr. D. Pedro e os seus sequazes."²⁸ Deste modo fica bem patente que o tema do Trono e do Altar remete inequivocamente o fenómeno anticlerical e a sua expressão social e literária para a esfera do poder, do poder político e do poder religioso.

Não está propriamente em causa que se neguem as duas instâncias ou alguma delas. Pelo menos, na generalidade das manifestações que se conhecem. Dir-se-ia, pelo contrário, que na ideia anticlerical trabalha com subtileza o propósito e a exigência de mais qualidade, rigor e verdade, tanto em relação à vida política como em relação à experiência religiosa. Na génese dessa exigência, ou simples aspiração, convergem mais ou menos inconscientemente dois sentimentos profundos, a saber, que o poder, em vez de servir os povos, tende a oprimi-los e que o peso da história foi divorciando a Igreja do cristianismo evangélico donde ela procede.

²⁷ Manuel Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade*. Braga, Cruz & Cf, 1913, p. 64.

²⁸ *ibid.*, p. 67.

Ao falar de trono, o nosso *topos* evoca a longuíssima história do poder monárquico numa época em que a organização desse poder não só estava por todo o lado a sofrer profundas mudanças como, em alguns países, se aproximava já do fim. Por isso mesmo, a expressão "o Trono e o Altar" soa hoje aos nossos ouvidos como algo de arcaico que o tempo das democracias e dos regimes republicanos foi tornando irremediavelmente obsoleto. Continua, no entanto, dotado de uma pregnância de sentido que, transcendendo a imediatez de referentes históricos particulares, desdobra horizontes de ambígua cumplicidade nos mundos possíveis do poder político e do poder religioso.